

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

PROJETO PEDAGÓGICO



CURSO DE MESTRADO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

Aprovado em ____ de ____ de 2026

Alexandre Oliveira Cantanhede Lago
General de Divisão Alexandre Oliveira CANTANHEDE Lago
Comandante da Escola Superior de Guerra

SUMÁRIO

• SÍNTESE HISTÓRICA	01
○ APRESENTAÇÃO	01
○ METODOLOGIA DE ENSINO DA ESG	02
○ ASPECTOS NORMATIVOS	05
• APRESENTAÇÃO DO CURSO	06
○ OBJETIVO GERAL	06
○ DIRETRIZES GERAIS	06
○ QUADRO GERAL DE CARGA HORÁRIA	10
• APÊNDICE AI ESTRUTURA CURRICULAR	11
○ ESTRUTURA CURRICULAR DO PPGSID	12
• APÊNDICE AII CRONOGRAMA DE ESTUDOS	16
○ CRONOGRAMA DE ESTUDOS PPGSID	17
• APÊNDICE AIII PLANO DE DISCIPLINAS	18
○ PLANO DE DISCIPLINA PPGSID	19

SÍNTESE HISTÓRICA

APRESENTAÇÃO

A Escola Superior de Guerra (ESG), criada pela Lei nº 785 de 20 de agosto de 1949 é um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, integrante da estrutura do Ministério da Defesa, e destina-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e assessoramento superior na Administração Pública e para o planejamento da Segurança e da Defesa Nacionais, nela incluídos os aspectos relativos ao desenvolvimento nacional.

A ESG funciona como Instituição de Ensino Superior, atuando como centro de permanente de estudos, de pesquisas e de desenvolvimento e capacitação de recursos humanos sobre pensamento de defesa.

A Escola planeja, coordena e desenvolve os cursos instituídos pela Chefia de Educação e Cultura (CHEC) do Ministro de Estado da Defesa e atua, na organização do debate entre as lideranças civis e militares a respeito das questões da defesa, contribuindo para aumentar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos da defesa nacional.

Na organização dos cursos são considerados os seguintes princípios:

- ✓ a relação indissociável entre ensino e pesquisa;
- ✓ a transdisciplinaridade do conhecimento;
- ✓ o pensamento crítico e abrangente;
- ✓ o pluralismo de ideias;
- ✓ a integração entre diferentes órgãos da Administração Pública;
- ✓ a interação entre civis e militares;
- ✓ a correlação e a integração dos estudos individuais;
- ✓ a valorização da experiência do estagiário;
- ✓ a compreensão da conjuntura nacional e internacional;
- ✓ a promoção do assessoramento de alto nível; e
- ✓ a garantia do padrão de qualidade.

Para tanto, promove estudos e pesquisas, compreendendo o ensino, a extensão e o intercâmbio de conhecimentos, por meio de Cursos, Simpósios, Ciclos de Estudo, dentre outras atividades acadêmicas.

As atividades de estudo e ensino desenvolvidas são coordenadas e conduzidas pelo Departamento de Estudos, a quem cabe, ainda, desenvolver outras atividades finalísticas por intermédio dos Institutos e Centros integrantes da estrutura regimental da ESG.

As suas diretrizes pedagógicas, centradas em valores humanos e sociais, promovem estudos integrados e participativos, de natureza exclusivamente acadêmica. Com foco na melhoria contínua, aperfeiçoa constantemente suas atividades pedagógico-institucionais.

A ESG desenvolve as suas atividades na Fortaleza de São João – Av. João Luiz Alves, s/nº - Urca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22291-090. Mais esclarecimentos podem ser obtidos por meio dos tel. (21) 3545-9869, (21) 3545-9889 ou pela navegação na página oficial da ESG na internet www.esg.br, onde estão disponíveis informações sobre o histórico da Escola, seus diversos cursos e demais atividades desenvolvidas.

METODOLOGIA DE ENSINO DA ESG

A metodologia de ensino da ESG busca propiciar, para todos os cursos, fundamentação teórica, compreensão de conjunturas em uma abordagem sistêmica e domínio de instrumento para análise coletiva da realidade, com vista à elaboração de políticas e estratégias de ação e à sistematização coletiva e individual de conhecimentos. Os matriculados na ESG são denominados como estagiários, visando estimular a perspectiva de aplicação e vivência dos conhecimentos adquiridos durante os diversos cursos por eles realizados.

Na ESG, o aporte teórico relevante das áreas de conhecimento é abordado evitando-se a adoção de verdades absolutas, sendo apresentadas múltiplas e diferentes visões sobre os assuntos tratados, de modo a incentivar o debate e o pensamento crítico e abrangente. São também propostas atividades de estudos e pesquisa de modo a ampliar a compreensão da realidade nacional e internacional.

- **A relação indissociável entre ensino e pesquisa.**

A pesquisa é responsabilidade inerente daquele que ensina, sendo uma oportunidade para o professor-pesquisador se manter em contínuo desenvolvimento quanto ao conteúdo, aos métodos de pesquisa e à compreensão da realidade. Por essa razão, a ESG valoriza o desenvolvimento permanente dos seus integrantes, assim como apoia e incentiva as iniciativas de autodesenvolvimento e a participação dos mesmos em eventos acadêmico-científicos, em grupos de pesquisa e em todas as atividades que favoreçam a capilarização dos conhecimentos construídos, contribuindo para as atividades docentes junto aos estagiários dos cursos.

- **O conhecimento é inter e transdisciplinar.**

Altos estudos envolvem a capacidade de discernir o contexto, o global, o multidimensional e a interação complexa dos elementos (MORIN, 2000). A estruturação curricular da ESG busca uma organização do conhecimento como uma teia ou rede orgânica de acesso livre. O recorte teórico dos conhecimentos busca ultrapassar as barreiras tradicionais dos conteúdos disciplinares visando, não “o domínio sobre várias outras disciplinas, mas a abertura de todas elas àquilo que as atravessa e as ultrapassa (...)” (UNESCO, 1994).

O pensamento complexo é também incentivado nas atividades de interpretação, análise, crítica e planejamento estratégico de macro contextos desenvolvidos nos cursos, por meio dos trabalhos, em grupo e individuais, com temas transversais que objetivam articular a contribuição das diversas áreas para integrar e aprofundar os conhecimentos estudados.

- **O conhecimento, como bem cultural imaterial, é construído, reconstruído e interpretado social e coletivamente. Os saberes culturais são apropriados e transformados a partir da atividade mediada.**

A ESG adota, em sua prática didático-pedagógica, a base teórica sociointeracionista, considerando que as funções ou processos mentais superiores e tipicamente humanos têm origem social (VYGOTSKY, 1992). A construção de conhecimento e a aprendizagem humana acontecem fundamentalmente pelos processos de interação e mediação nas relações entre o indivíduo e o mundo exterior, num processo histórico e social. Por essa razão, todos os cursos da ESG promovem atividades de estudos

em grupo (pesquisa, análise e sistematização de conhecimentos conjunta), primando pela oportunidade de troca de experiências, de intercâmbio de informações e de diferentes visões de mundo. O corpo docente da ESG assume o papel de mediação no processo de interlocução das atividades realizadas, atuando de forma interdisciplinar. Dessa forma, as atividades de estudos são estruturadas de modo a propiciar:

- compreensão do Poder Nacional;
- conhecimentos teóricos básicos;
- análise de conjunturas, por meio de exposições de conferencistas ilustres, como autoridades acadêmicas e governamentais em diversas esferas, e representantes de inúmeras instituições;
- compreensão *in loco* das questões centrais abordadas em cada curso, realizada por meio de viagens e visitas de estudo; e
- sistematização de conhecimentos por meio de trabalho final de curso como forma de sistematizar os saberes construídos socialmente.

As palestras e conferências são preferencialmente precedidas por estudo prévio de material teórico de referência no assunto, indicado pelas Divisões de Estudo. Os fundamentos teóricos são seguidos de análises conjunturais que permitem a integração da teoria com a prática e com a realidade, seja por meio de debates, discussões dirigidas, trabalhos em grupo, estudos individuais, visitas ou viagens.

A prática avaliativa adotada objetiva acompanhar o processo de produção intelectual dos estagiários a partir dos objetivos propostos e dos critérios estabelecidos em cada curso. Um dos princípios norteadores da prática avaliativa na ESG é o acompanhamento da produção coletiva e individual, buscando uma análise global e transdisciplinar, tendo em vista que os trabalhos são elaborados como uma articulação dos conhecimentos trabalhados nas diferentes fases de cada curso.

Os procedimentos avaliativos e as condições de aprovação estão pautados em documentos e orientações normativas da ESG. Os registros avaliativos acontecem na forma de conceitos, sem o objetivo de classificação entre os estagiários, de modo a fomentar a apreciação das produções por parte dos avaliadores e reorientá-las, se for o caso.

A avaliação do ensino é realizada por meio da contribuição dos estagiários que analisam as atividades curriculares, em consonância com o objetivo das disciplinas, bem como os responsáveis por estas atividades.

Deste modo, diante de um contexto global marcado por desafios multifacetados, que exigem uma abordagem interdisciplinar e crítica, a ESG se propõe a oferecer uma educação que não apenas transfira conhecimentos, mas que desenvolva o pensamento estratégico, a liderança e a capacidade de atuação em ambientes dinâmicos e desafiadores.

O presente Projeto Pedagógico busca consolidar os esforços educacionais e administrativos, alinhando as práticas pedagógicas às diretrizes estratégicas de defesa e desenvolvimento do Brasil, promovendo a excelência acadêmica e a formação integral.

ASPECTOS NORMATIVOS

Em consonância com os documentos normativos pertinentes, anualmente, é publicada a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa, Ensino, Pós-Graduação, Extensão e Processo Seletivo dos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Escola Superior de Defesa (ESD).

Para o ano letivo de 2026, a referida diretriz está aprovada pela Portaria AED-MD Nº 48, de 06 de janeiro de 2026.

A partir deste documento e, conforme as competências estabelecidas no Regimento Interno da ESG, são desenvolvidos, pelos Setores responsáveis, os processos de capacitação que propiciam o cumprimento da missão institucional da ESG.

APRESENTAÇÃO DO CURSO

DURAÇÃO: 15 SEMANAS

CARGA HORÁRIA MÍNIMA: 615 H/A

1. OBJETIVO GERAL

O Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID) da Escola Superior de Guerra (ESG) destina-se a preparar civis e militares no campo dos Estudos de Segurança Internacional e Defesa capacitando-os para a produção de conhecimentos e pesquisas científicas e para a atuação qualificada no campo da Defesa.

2. DIRETRIZES GERAIS

O PPGSID centra-se, sobretudo, no estudo dos conflitos, das tensões políticas globais e das políticas e estratégias relacionadas com o planejamento da Defesa Nacional e abarca, direta ou indiretamente, disciplinas que se relacionam com os estudos geopolíticos e decisões políticas e econômicas na área de Defesa. Nesse intuito, pretende contribuir com o VI Objetivo Nacional de Defesa “Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional”.

Nesse contexto, os estudos de Segurança Internacional e Defesa são entendidos como um campo de estudos acadêmicos interdisciplinares que inclui, direta ou indiretamente, disciplinas que se conectam e se relacionam com os estudos sobre conflitos globais, movimentos geopolíticos, planejamento de alto nível, decisões políticas e econômicas na área de Defesa. Esse campo de estudos engloba, em especial, as disciplinas de ciência política, relações internacionais, políticas públicas, estudos estratégicos, história, geografia, economia, direito, ciências sociais, engenharias e administração.

2.1 Estruturação

O Mestrado Acadêmico em Segurança Internacional e Defesa possui uma Área de Concentração “Segurança Internacional e Defesa” e duas Linhas de Pesquisa: Geopolítica e Segurança Internacional (Linha de Pesquisa 1 - LP1) e Políticas, Estratégias e Planejamento de Defesa (Linha de Pesquisa 2 - LP2), conforme especificado abaixo:

- Área de Concentração: Segurança Internacional e Defesa

É uma área multidisciplinar que tem como foco a análise de condicionantes domésticos e internacionais que afetam o Brasil, a formulação e implementação das

políticas públicas relacionadas com a Defesa, o planejamento de alto nível e a avaliação da Defesa Nacional, e a interrelação entre esses âmbitos.

- Linha de Pesquisa 1: Geopolítica e Segurança Internacional

A linha de pesquisa em Geopolítica e Segurança Internacional tem como propósito examinar o ordenamento do sistema internacional, compreender os agentes e estruturas que operam nesse ambiente, entender o surgimento e o papel dos atores estatais e não-estatais e a evolução do conceito de segurança. Nesse contexto, essa linha analisará os conflitos internacionais; a cooperação; o surgimento e funcionamento dos organismos, instituições e mecanismos internacionais de segurança e defesa; e as “novas ameaças”. Serão estudados o pensamento geopolítico contemporâneo e brasileiro e suas origens clássicas. Adicionalmente, será contemplado como a geopolítica influencia as crises de segurança internacional, nos processos de integração regional, e nas perspectivas de cooperação e conflito internacionais, em particular no entorno estratégico brasileiro: a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental da África e a Antártica.

- Linha de Pesquisa 2: Políticas, Estratégias e Planejamento de Defesa

A linha busca atender aos princípios estabelecidos na END que vinculam de maneira inseparável a Defesa e o Desenvolvimento nacional. Nesse sentido, visa realizar estudos comparativos acerca das políticas públicas relacionadas com a Defesa Nacional, planejamento e gestão da inovação em defesa, buscando compreender as suas particularidades e limites, identificando exemplos que favoreçam o desenvolvimento da Defesa Nacional. Dentre os estudos desenvolvidos no âmbito dessa linha, incluem-se estudos sobre as políticas de defesa relacionadas a questões nacionais e internacionais; sobre as capacidades militares diante de contextos geopolíticos específicos; estudos acerca da dinâmica industrial e de inovação na área de Defesa em países em desenvolvimento e países desenvolvidos; e estudos acerca da gestão e planejamento orçamentário, economia de defesa e planejamento por capacidades.

O Mestrado Acadêmico em Segurança Internacional e Defesa possui um total de 50 créditos, assim distribuídos:

- 12 Créditos em disciplinas obrigatórias;
- 06 Créditos em disciplinas obrigatórias da linha de pesquisa;
- 06 Créditos em disciplinas eletivas;
- 06 Créditos em Atividades Acadêmicas Complementares (AAC); e

- 11 Créditos pela orientação, qualificação e defesa da dissertação.

Cada crédito corresponde a 15 h/a.

2.2 Atividades Acadêmicas Complementares (AAC)

Ao longo do curso, os alunos deverão acumular, no mínimo, 6 créditos (90 hs) em AAC, podendo escolher entre as listadas abaixo:

ATIVIDADE	QTDE	CRÉDITOS
Seminário de pesquisa	10	1
Apresentação de trabalho nacional	1	1
Apresentação de trabalho interacional	1	2
Organização de eventos (ITC)	1	2
Publicação ou aceite em QUALIS/CAPES A1 ou A2	1	6
Publicação de livro internacional	1	6
Publicação ou aceite em QUALIS/CAPES A3 ou A4	1	4
Publicação de capítulo de livro internacional ou livro nacional		4
Publicação ou aceite em QUALIS/CAPES B1 ou B2	1	3
Publicação de capítulo de livro nacional	1	3
Publicação ou aceite em QUALIS/CAPES B3 ou B4	1	2
Participação em projeto ou laboratório de pesquisa	1	2
Participação em cursos, palestras e eventos	15h	1
Disciplinas eletivas além do número exigido pelo programa	1	3
Publicação ou aceite de resenha em QUALIS A ou B	1	1

2.3 Avaliação

A avaliação é realizada no âmbito de cada disciplina e ao final de cada turma realiza-se uma revisão do ensino-aprendizagem.

2.3.1 Avaliação de Aprendizagem

O rendimento do aluno em cada disciplina será avaliado continuamente pelo professor, através de participação em sala de aula, leitura de trabalhos, outros elementos de avaliação e por trabalho de conclusão de disciplina. O aluno, para ser aprovado na disciplina, deverá ter nota mínima 7,0 (sete vírgula zero).

Serão considerados reprovados os alunos que obtiverem nota abaixo de 7,0 e/ou faltarem 25% das atividades escolares da disciplina, ou seja, que tiverem 4 (quatro) faltas do total de 15 (quinze) aulas previstas para cada disciplina.

A constatação de ocorrência de fraude em avaliações, principalmente casos comprovados de plágio, resultará no desligamento ou na reprovação do discente do Curso.

2.3.1.1 Exame de Qualificação

Ao completar os créditos acadêmicos referentes às disciplinas obrigatórias e às AAC, normalmente ao final do 3º Semestre do Curso, o aluno será submetido ao exame de qualificação do projeto de pesquisa da dissertação.

O exame de qualificação será realizado por banca constituída de 2(dois) professores do PPGSID e 1 (um) doutor externo à ESG.

Cabe à banca examinadora apreciar a importância e a exequibilidade do projeto apresentado, aprovando-o com ou sem recomendações, ou reprovando-o, por maioria de votos, após arguição ao aluno.

A aprovação no exame de qualificação constitui pré-requisito para que a dissertação decorrente possa ser submetida à defesa.

2.3.1.2 Defesa de Dissertação

O aluno que completar todos os 41¹ créditos exigidos, deverá submeter-se a uma banca de docentes, composta por seu orientador, outro docente do PPGSID e um terceiro doutor convidado (não pertencente ao PPGSID ou aos quadros da ESG). O aluno apresentará uma dissertação sobre determinado tema a pesquisado durante o tempo de integralização do Programa, como forma de obter o título de Mestre em Segurança Internacional e Defesa.

Será concedido o título de Mestre em Segurança Internacional e Defesa ao aluno cuja dissertação for aprovada por uma banca composta em conformidade com o explicitado anteriormente e realizar a entrega de seu trabalho à Secretaria dentro dos prazos previstos no Regimento Interno do PPGSID.

¹ Caso seja bolsista, terá que completar 44 créditos, os 41 mais os 3 créditos do Estágio de Docência.

2.4 Frequência às atividades

Os alunos devem apresentar uma frequência de 75% nas disciplinas. Serão considerados reprovados os alunos que faltarem 25% das atividades escolares de cada disciplina, ou seja, que tiverem 4 (quatro) faltas do total de 15 (quinze) aulas previstas para cada disciplina.

3. QUADRO GERAL DE CARGA HORÁRIA

DISCIPLINAS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
Disciplinas obrigatórias da Área de Concentração	12	180
Disciplinas obrigatórias por Linha de Pesquisa	06	90
Disciplinas Eletivas	06	90
Atividades Acadêmicas Complementares	06	90
Orientação de Pesquisa (+Qualificação e Defesa)	11	165
Total (mínimo de créditos a cursar)	41	615

Obs: Além dos créditos acima, os alunos bolsistas deverão realizar o Estágio de Docência (3 créditos) como Disciplina obrigatória, finalizando com 44 créditos o curso.

Apêndices:

A - I – PPGSID (Estrutura Curricular)

A - II – PPGSID (Cronograma de Estudos)

A – III – PPGSID (Plano de Disciplinas)

APÊNDICE A-I

ESTRUTURA CURRICULAR

1 Estruturação

O Mestrado Acadêmico em Segurança Internacional e Defesa possui uma Área de Concentração “Segurança Internacional e Defesa” e duas Linhas de Pesquisa: Geopolítica e Segurança Internacional (Linha de Pesquisa 1 - LP1) e Políticas, Estratégias e Planejamento de Defesa (Linha de Pesquisa 2 - LP2), conforme especificado abaixo:

- Área de Concentração: Segurança Internacional e Defesa

É uma área multidisciplinar que tem como foco a análise de condicionantes domésticos e internacionais que afetam o Brasil, a formulação e implementação das políticas públicas relacionadas com a Defesa, o planejamento de alto nível e a avaliação da Defesa Nacional, e a interrelação entre esses âmbitos.

- Linha de Pesquisa 1: Geopolítica e Segurança Internacional

A linha de pesquisa em Geopolítica e Segurança Internacional tem como propósito examinar o ordenamento do sistema internacional, compreender os agentes e estruturas que operam nesse ambiente, entender o surgimento e o papel dos atores estatais e não-estatais e a evolução do conceito de segurança. Nesse contexto, essa linha analisará os conflitos internacionais; a cooperação; o surgimento e funcionamento dos organismos, instituições e mecanismos internacionais de segurança e defesa; e as “novas ameaças”. Serão estudados o pensamento geopolítico contemporâneo e brasileiro e suas origens clássicas. Adicionalmente, será contemplado como a geopolítica influencia as crises de segurança internacional, nos processos de integração regional, e nas perspectivas de cooperação e conflito internacionais, em particular no entorno estratégico brasileiro: a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental da África e a Antártica.

- Linha de Pesquisa 2: Políticas, Estratégias e Planejamento de Defesa

A linha busca atender aos princípios estabelecidos na END que vinculam de maneira inseparável a Defesa e o Desenvolvimento nacional. Nesse sentido, visa realizar estudos comparativos acerca das políticas públicas relacionadas com a Defesa Nacional, planejamento e gestão da inovação em defesa, buscando compreender as suas particularidades e limites, identificando exemplos que favoreçam o desenvolvimento da Defesa Nacional. Dentre os estudos desenvolvidos no âmbito dessa linha, incluem-se estudos sobre as políticas de defesa relacionadas a questões nacionais e internacionais; sobre as capacidades militares diante de contextos geopolíticos específicos; estudos

acerca da dinâmica industrial e de inovação na área de Defesa em países em desenvolvimento e países desenvolvidos; e estudos acerca da gestão e planejamento orçamentário, economia de defesa e planejamento por capacidades.

O Mestrado Acadêmico em Segurança Internacional e Defesa possui um total de 50 créditos, assim distribuídos:

- 12 Créditos em disciplinas obrigatórias;
- 06 Créditos em disciplinas obrigatórias da linha de pesquisa;
- 06 Créditos em disciplinas eletivas;
- 06 Créditos em Atividades Acadêmicas Complementares (AAC); e
- 11 Créditos pela orientação, qualificação e defesa da dissertação.

Cada crédito corresponde a 15 h/a.

2 Atividades Acadêmicas Complementares (AAC)

Ao longo do curso, os alunos deverão acumular, no mínimo, 6 créditos (90 hs) em AAC, podendo escolher entre as listadas abaixo:

ATIVIDADE	QTDE	CRÉDITOS
Seminário de pesquisa	10	1
Apresentação de trabalho nacional	1	1
Apresentação de trabalho interacional	1	2
Organização de eventos (ITC)	1	2
Publicação ou aceite em QUALIS/CAPES A1 ou A2	1	6
Publicação de livro internacional	1	6
Publicação ou aceite em QUALIS/CAPES A3 ou A4	1	4
Publicação de capítulo de livro internacional ou livro nacional		4
Publicação ou aceite em QUALIS/CAPES B1 ou B2	1	3
Publicação de capítulo de livro nacional	1	3
Publicação ou aceite em QUALIS/CAPES B3 ou B4	1	2
Participação em projeto ou laboratório de pesquisa	1	2
Participação em cursos, palestras e eventos	15h	1
Disciplinas eletivas além do número exigido pelo programa	1	3
Publicação ou aceite de resenha em QUALIS A ou B	1	1

3. Disciplinas

A estrutura curricular compõe-se de 4 (quatro) disciplinas obrigatórias gerais, 2 (duas) obrigatórias para cada linha de pesquisa, 2 (duas) eletivas e as Atividades Acadêmicas Complementares. Além delas, são obrigatórias as atividades relacionadas com a orientação, qualificação e defesa de dissertação. A disciplina "Estágio de Docência" será obrigatória para bolsistas e eletiva para não bolsistas. Seguem abaixo as disciplinas que compõe a estrutura curricular do programa:

Disciplinas Obrigatórias da Área de Concentração:

As disciplinas a seguir são comuns a todas as linhas de pesquisa, sendo desenvolvidas, preferencialmente, nos primeiros três semestres do curso:

- Análise e Formulação de Políticas Públicas;
- Metodologia de Pesquisa;
- Teorias de Estado e de Relações Internacionais; e
- Seminário de Dissertação.

Disciplinas Obrigatórias das Linhas de Pesquisa:

Os alunos deverão cursar as duas disciplinas correspondentes a sua Linha de Pesquisa, preferencialmente, até o final do 3º Semestre:

LP 1: - Segurança Internacional e Defesa;

- Geopolítica Clássica e Contemporânea.

LP 2: - Economia de Defesa;

- Projeto de Força e Planejamento Baseado em Capacidades.

Disciplinas Eletivas:

Os alunos deverão cursar duas disciplinas eletivas, sendo pelo menos uma de sua Linha de Pesquisa. Além das disciplinas eletivas abaixo, poderão ser acrescentadas novas disciplinas eletivas, conforme decisão do Colegiado:

LP 1:

- Tópicos Especiais em Geopolítica e Segurança Internacional;
- Perspectivas Críticas em Segurança Internacional;
- Globalização, Direitos Humanos e Soberania;
- Estudos da Guerra e da Paz;
- Entorno Estratégico Brasileiro;
- As Relações de Poder e o Reordenamento Internacional no Pós-Guerra Fria; e
- Terrorismo e Segurança Internacional.

LP 2:

- Tópicos Especiais em Políticas, Estratégias e Planejamento de Defesa;
- Diplomacia de Defesa;
- Desarmamento, Proliferação e Terrorismo Nuclear;
- A Situação Estratégica e o Poder Nacional;
- Sistemas de Inovação e Políticas Industriais em Defesa;
- Logística de Defesa;
- Gerenciamento de Programas e Projetos de Defesa; e
- Estudos de Defesa.

Observação: A disciplina “Estágio de Docência” é obrigatória para bolsistas e eletiva para os demais.

4. QUADRO GERAL DE CARGA HORÁRIA

DISCIPLINAS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
Disciplinas obrigatórias da Área de Concentração	12	180
Disciplinas obrigatórias por Linha de Pesquisa	06	90
Disciplinas Eletivas	06	90
Atividades Acadêmicas Complementares	06	90
Orientação de Pesquisa (+Qualificação e Defesa)	11	165
Total (mínimo de créditos a cursar)	41	615

Obs: Além dos créditos acima, os alunos bolsistas deverão realizar o Estágio de Docência (3 créditos) como Disciplina obrigatória, finalizando com 44 créditos o curso.

APÊNDICE A-II

CRONOGRAMA DE ESTUDOS

CRONOGRAMA PARA 2026

1 Turma 2025.1 (alunos que iniciaram o curso no 1º Semestre de 2025)

SEMESTRES	DISCIPLINAS	OBSERVAÇÃO
1º Semestre 2026 (3º Semestre do Curso)	- Seminário de Dissertação (Obrigatória); - Eletivas (caso estejam faltando) ¹ - Orientação de Pesquisa 1	- finalizar os créditos de AAC ² - Qualificação
2º Semestre 2026 (4º Semestre do Curso)	Orientação de Pesquisa 2	Defesa até Mar 27

2 Turma 2026.1 (alunos que iniciarem o curso no 1º Semestre de 2026)

SEMESTRES	DISCIPLINAS	OBSERVAÇÃO
1º Semestre 2026 (1º Semestre do Curso)	3 (três) Obrigatórias da Área de Concentração e Eletivas	AAC
2º Semestre 2026 (2º Semestre do Curso)	2 (duas) Obrigatórias de sua LP e Eletivas	AAC

¹ As “Eletivas” são oferecidas em todos os semestres, orienta-se aos alunos que tenham realizado suas duas eletivas até o final do 3º Semestre.

² Um dos pré-requisitos para realizar a Qualificação é ter realizado as 90 (noventa horas) de AAC.

APÊNDICE A-III

PLANO DE DISCIPLINAS



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

Programa da Disciplina

Disciplina: **Teorias do Estado e das Relações Internacionais**

Linha de Pesquisa: LP1/LP2

Obrigatória ou Eletiva: Obrigatória

Carga Horária: 45 horas

Créditos: 03 (três)

Professores: Guilherme Lopes da Cunha e Guilherme Sandoval Góes

Semestre/Ano: 2026.1

Dia da semana/ Horário: terças, 13-16h

1. Ementa

Introdução às Teorias do Estado e das Relações Internacionais. Abordagens Clássicas da Teoria Política. A Constituição do Político no Estado Moderno. Abordagens Culturalistas e Racionalistas Alternativas. O Estado como Monopólio Coercitivo. Concepções Alternativas sobre Poder e Subjetividade. Perspectivas Teóricas sobre as Relações Internacionais. O Internacionalismo Liberal. O Realismo Clássico. Escola Inglesa. A Alternativa Cientificista e o Neorealismo. Teorias da Interdependência e dos Regimes Internacionais. Teorias marxistas de Estado e de RI. Abordagens Construtivistas e Críticas pós-positivistas.

2. Programa das Aulas

Aula	Data	Conteúdo
01	10/3	Apresentação e introdução às Teorias do Estado e das Relações Internacionais
02	17/3	Abordagens clássicas: contratualismo
03	24/3	Abordagens clássicas: liberalismo, welfarismo e racionalismo
04	31/3	Formação e Aparelhos ideológicos do Estado
05	07/4	A Constituição do Político no Estado Moderno
06	14/4	Concepções alternativas sobre poder
xx	21/4	FERIADO
07	28/4	Estado, segurança e normalização
08	05/5	Seminário I
09	12/5	Perspectivas Teóricas sobre as Relações Internacionais



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

CENTRO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

10	19/5	O 1º Debate em RI: utópicos x realistas
11	26/5	A Escola Inglesa. Neorrealismo e seus críticos
12	02/6	Teorias da interdependência e dos regimes internacionais
13	09/6	Teorias marxistas sobre o Estado e as Relações Internacionais
14	16/6	Debate interparadigmático, construtivismo e críticas pós-positivistas
15	23/06	Seminário II

3. Avaliação

A avaliação é subdividida em três partes (0 a 10): Participação em aula (leitura dos textos e nos debates); Construção de uma resenha do primeiro módulo e trabalho final em formato de artigo.

O artigo deverá ter no mínimo, obrigatoriamente, a articulação de quatro autores estudados na disciplina, Times New Roman 12, espaço 1,5, espaço entre parágrafos 0, até 15 páginas..

4. Bibliografia

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. (pp. 62-81)

ANGELL, Norman. *A Grande Ilusão*. São Paulo: UnB, 2002. Caps. 1 e 3, pp. 3-10, 21-36.

ARON, R. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: UnB, 2002, Cap. 6 (pp. 219-246), Cap. 19 (introdução, pp. 699-702, + pp. 703-738).

ARON, R. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: UNB, 2002. Cap. 4 (pp. 153-188) e Cap. 5 (pp. 189-217).

ASHLEY, R. "The Poverty of Neo-Realism". *International Organization*, v. 38, n. 2, pp. 225-286, 1984.

BOBBIO, Norberto. "As relações internacionais e o marxismo". In: BOBBIO, N. *Ensaio escolhidos*. São Paulo: CH Cardim, 1988, p. 368-382.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*, pp. 174-190.

BULL, H. "The Importance of Grotius in the Study of International Relations". In: BULL *et alli*. *Hugo Grotius and International Relations*. Oxford: Oxford University Press, 1992, pp. 65-93.

BULL, H. *A Sociedade Anárquica. Um estudo da ordem na política mundial*. Brasília: UnB, 2002. Introdução e Caps. 1 a 3, pp. 1-90.

CARR, E. H. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Brasília: UnB, 2001. Caps. 1 a 4, pp. 3-83.

COX, R. "Social Forces, States, and World Orders: beyond international relations theory". *Millennium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, pp. 126-155, 1981.

DAHL, Robert. "The Concept of Power". *Behavioral Science*, v. 2, n. 3, 1957.

ELIAS, Norbert: *O Processo civilizador*, Vol.II. Capítulos: Introdução, cap. I (1, 3, 5); Capítulo II (1, 3, 5 e 6)

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Introdução, cap.1 e 17.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. (pp. 3-30; pp.39-64; pp. 341-382)



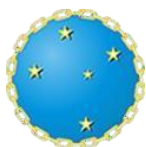
MINISTÉRIO DA DEFESA

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

CENTRO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

- HOBBS, T: *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes. Parte I Cap. 8, 9. Parte II, cap. 17 e 18
- HOFFMAN, S. “Liberalismo y asuntos internacionales”. In: HOFFMAN, S. *Jano y Minerva. Ensayos sobre La Guerra y La Paz*. Buenos Aires, GEL, 1991, pp. 375-96.
- KANT, I. *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*.
- KANT, I. *Começo conjectural da história humana*.
- KEOHANE, Robert. *After Hegemony*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- KEOHANE, Robert. *Instituciones internacionales y poder estatal*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993, cap. 1, pp. 13-38.
- KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. *Power and Interdependence*. 3rd ed. New York: Longman, 2001. Capítulos 1 e 2.
- KRASNER, Stephen. “Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables”, pp. 1-21. In: KRASNER (Ed.). *International Regimes*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- LEFORT, C: *O que é Burocracia?* Idem (pp. 148-159)
- LENIN, V.I. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global. Cap. 4.
- LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Livro II cap. 1, 2, 5, 8 e 9
- LUKES, Steven. *O Poder*. Brasília: Editora da UNB, 1980.
- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Martins Fontes. Capítulos I, II, V, VI, XVI e XVII
- MARX, K. *Sociologia*. Capítulos 15, 16 e 17.
- MARX, K.; ENGELS, F. *O Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MORGENTHAU, Hans. *A política entre as nações*. Brasília: UnB, 2003. Caps. 1 e 2, pp. 3-45.
- NYE, Joseph. *Bound to Lead*. Nova York: Basic Books, 1990.
- PUTNAM, Robert. “Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis”. *Rev. Sociol. Polít.*, v. 18, n. 36, pp. 147-174, jun. 2010.
- ROUSSEAU, J.J. *Contrato Social*. São Paulo: Martins Fontes. Livro I cap. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8. Livro II cap. 6. Livro III Cap. 4, 5, 9 e 10. Livro IV cap. 1
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 (Cap. 1).
- SMITH, Steve. “Positivism and beyond”, pp. 11-44. In: SMITH; BOOTH; ZALEWSKI (1996).
- WAEVER, Ole. “The rise and fall of the inter-paradigm debate”, pp. 149-185. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. (Eds.). *International Theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- WALTZ, K. *O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, pp. 3-21.
- WALTZ, K. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002. Caps. 1 a 6, pp. 13-178.
- WATSON, A. *A evolução da sociedade internacional*. Brasília: UnB, 2004. Cap. 1, pp. 27-34, Prefácio, pp. 193-195, Resumo, pp. 351-366, e Conclusões, pp. 433-443.
- WEBER, M: “A Dominação”. In: *Política e Sociedade* (pp. 9-20)
- WENDT, A. “Anarchy is what States make of it: the social construction of power politics”. *International Organization*, v. 46, pp. 391-425, 1992.
- WIGHT, Martin. *A Política do Poder*. Brasília: IPRI, 2002. Capítulo 9.
- ZEHFUSS, Maja. “Constructivisms in International Relations: Wendt, Onuf, and Kratochwil,” pp. 54-75. In: FIERKE, Karin; JORGENSEN, Knud (Eds.). *Constructing International Relations: The Next Generation*. Armonk: M. E. Sharpe, 2001.



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

PROGRAMA DA DISCIPLINA

Curso: Mestrado em Segurança Internacional e Defesa

Disciplina: Economia de Defesa

Linha de Pesquisa: 2 Obrigatória

Carga Horária: Créditos:

Prof. Dr. Sergio Kostin

Semestre/Ano: 1º Dia da semana/ Horário: Quinta-feira. 09h00 – 12h00

1. EMENTA

Características de Processos Produtivos com aplicações à área de Defesa:

Custos de Produção: abordagens alternativas; Economias de Escala e Escopo; Economias de Rede; Economias de Aprendizado; Diferenciação de Produto; Sistemas Complexos de Produção Modularidade; Cadeias Produtivas Cadeias Globais de Valor.

Objetivos e condicionantes do crescimento da firma:

Visão alternativa da firma na teoria econômica: características, objetivos e estrutura;

A abordagem dos Contratos e o enfoque dos Custos de Transação;

A abordagem baseada em Recursos e Competências;

A visão evolucionária da firma: a ênfase em rotinas e aprendizado;

Padrões de crescimento da firma: Integração Diversificação/Especialização; Fusões e Aquisições: Internacionalização e Globalização.

Análise básica de estruturas de mercado

Referencial básico: O modelo estrutura-conduta-desempenho; Mercados Competitivos D Não-competitivos;

Interdependência estratégica, coordenação oligopolista, Teoria dos Jogos, Regulação da Concorrência.

Inovação como base do processo competitivo;

Trajetórias tecnológicas: disruptivas, incrementais, cumulatividade;

Difusão tecnológica;

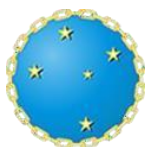
Estratégias Inovativas;

Ciclo de vida de produto tecnologias;

Regimes tecnológicos e dinâmicas tecnológicas setoriais.

Análise da base industrial de defesa:

Características dos produtos de defesa; Demanda de gastos militares, Estrutura da oferta



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

2. PROGRAMAÇÃO

Aula	Data	Conteúdo
1	19 Mar	Introdução à Disciplina
2	26 Mar	Relacionamento entre Guerras e tamanho da Economia de um país
3	09 Abr	Características de Processos Produtivos, Custos de Produção, Abordagem de contratos e custos de transação
4	16 Abr	Padrões de crescimento da firma; Fusões e Aquisições; Mercados Competitivos e não-competitivos
5	23 Abr	Interdependência estratégica, coordenação oligopolista e Teoria dos Jogos; Inovação e Trajetórias tecnológicas; Difusão tecnológica e estratégias inovativas
6	30 Abr	Aplicação instrumental dos conceitos
7	07 Mai	Aplicação instrumental dos conceitos
8	14 Mai	Aplicação instrumental dos conceitos
9	21 Mai	Correlação de investimento em Defesa e Desenvolvimento Econômico
10	28 Mai	Correlação de investimento em Defesa e Desenvolvimento Econômico
11	11 Jun	Estudo de casos: BIDs Brasil, Argentina e EUA
12	18 Jun	Estudo de casos: BIDs Rússia e China
13	25 Jun	Estudo de casos: BIDs Índia, Reino Unido e Itália
14	02 Jul	Estudo de casos: BIDs França e Alemanha
15	09 Jul	Apresentação de trabalhos



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

3. AVALIAÇÃO

Trabalho de apresentação de BIDs (1/3 da nota)
Apresentação individual de trabalho (1/3 da nota)
Participação individual nas aulas (1/3 da nota)

4. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA PERPÉTUA e ACIOLY, LUCIANA "Estratégias de defesa nacional desafios para O Brasil no novo milênio" Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

AMARANTE, JOSE CARLOS ALBANO DO "Base Industrial de Defesa Brasileira" Texto para discussão 1752/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília Rio de Janeiro IPEA, 2012

BRASIL. Ministério da Defesa Estratégia Nacional de Defesa, 2008

BRASIL, Ministério da Defesa, Livro Branco de Defesa nacional 2012

DAVIES S. e LYONS, B. (ORG.) (1988) Economics of Industrial Organisation, Longman, Londres

DOMBROWSKI, Peter; GHOLZ Eugene. Buying Military Transformation. USA: Columbia University Press 2006.

FOSS. N. Resources, Firms and Strategies, Introduction. Oxford, 1997.

GRAVELLE, H., REES R. (1993) Microeconomics, Second Edition

HARTLEY, KEITH (ED) "The Economics of Defence Policy. A new perspective" Routledge Studies in Defence and Peace Economics, Routledge, 2011

HARTLEY, K., SANDLER, T., "Handbook of Defense Economics", Volume 1, Elsevier, 1995

HAY, E MORRIS, D (1991) Industrial Economics and Organization: Theory and Evidence. Oxford Univ. Press Oxford

KOUTZOYANNIS, A. (1975), "Modern Microeconomics". Macmillan State: patterns of military production and trade. New York: Cambridge

KRAUSE, K. Arms and University Press 2006

KREPS, O (1990), Microeconomic Theory, Harvester Wheatsheaf, NY

LAFFONT. J., TIROLE, J. A Theory Of Incentives in Procurement and Regulation. Cambridge, Mass.: MIT Press 1993

LANGLOIS R. ROBERTSON, O "Firms Markets and Economic Change e- dynamic theory of business institutions", Routledge, London and New York 1995

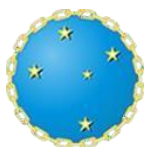
MATTHEWS, R. "The Political Economics of Defence", Cambridge University Press, 2019

MILGROM, P. ROBERTS, S "Economics, organization and management". Prentice-Hall International Editions, 1992

MORAES, R.F.de. A inserção externa da indústria brasileira de defesa: 1975-2010. Texto para Discussão IPEA. Brasília, 2012.

NELSON, R. D WINTER, S. (2005). Uma Teoria Evolucionária ep Mudança Econômica. Campinas SP Editora da Unicamp.

SANDLER, T., HARTLEY, T., "Handbook of Defense Economics Volume 2 Defense in a Globalized World", Elsevier, 2007



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

Programa da Disciplina

Disciplina: **Abordagens das relações civis militares**

Linha de Pesquisa: LP2

Obrigatória ou Eletiva: Eletiva

Carga Horária: 45 horas

Créditos: 03 (três)

Prof. Dr.: Gilberto de Souza Vianna

Semestre/Ano: 2026.1

Dia da semana/Horário: quartas, 13-16h

1. Ementa

Introdução

A profissionalização das Forças Armadas é frequentemente defendida como o principal mecanismo para sua despolitização, buscando transformá-las em uma instituição de Estado, de caráter técnico e estritamente subordinada ao poder civil eleito. Nessa concepção, seu papel se restringiria à defesa da nação. Este ensaio propõe uma investigação aprofundada sobre as complexas intersecções entre profissionalização, despolitização, militarização e politização. O objetivo é analisar os fatores endógenos e exógenos que contribuem para a persistente e notável presença de militares na estrutura política do Estado brasileiro.

Partimos da premissa de que a qualidade da democracia e das relações civis-militares está diretamente ligada ao aprimoramento do controle civil sobre as instituições de defesa. Para tal, é crucial estabelecer distinções conceituais claras, especialmente entre os termos militarização e militarismo, e diferenciar os processos de militarização que podem ocorrer no governo, na política, na sociedade, no sistema jurídico e na economia. A análise do conceito de militarização da política ganha especial relevância quando aplicada a regimes democráticos.

Eixos Temáticos da Análise

O estudo está estruturado em três eixos temáticos principais:

1. Fundamentação Teórico-Conceitual

Este eixo se dedica a um exame aprofundado da extensão semântica dos termos militarismo e militarização. Através da análise de verbetes e textos fundamentais da teoria das relações civis-militares, busca-se construir uma definição robusta que servirá como referencial para todo o debate. O objetivo é estabelecer uma base conceitual sólida para a análise subsequente.



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

2. Perspectiva Histórica

Propõe-se uma incursão na história do Brasil para refletir sobre as contradições e ambiguidades no papel desempenhado pelas Forças Armadas em momentos cruciais, desde a Proclamação da República. Esta abordagem histórica será conduzida sob a ótica dos contínuos movimentos de profissionalização, despolitização e politização que marcaram a trajetória da instituição militar no país, oferecendo um contexto essencial para a compreensão do cenário atual.

3. O Papel das Forças Armadas em Democracias Contemporâneas

Este eixo final discute a reconfiguração do papel das Forças Armadas no período Pós-Guerra Fria e após os eventos de 11 de setembro de 2001. Analisa-se o impacto desses marcos globais na Política de Defesa Nacional e na legislação correlata, como a Lei Complementar 97/1999, que normatiza a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Investiga-se como missões de paz, operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e a atuação em grandes eventos podem ter influenciado a percepção pública sobre os militares, contribuindo para elevar os níveis de confiança na instituição durante o período de redemocratização.

Objetivo Geral:

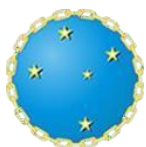
Os objetivos gerais do Relações Civis-Militares foram estruturados para fornecer uma compreensão ampla e crítica das interações entre as instituições militares e a sociedade civil no contexto brasileiro, ao longo da história. Os objetivos foram divididos em três dimensões principais: histórica, política e social. Fomentar habilidades de análise crítica e interpretação de fontes históricas e documentais, capacitando os alunos a compreenderem os contextos e narrativas que envolvem as relações civis-militares.

Técnicas de Ensino:

- Exposição dialogada
- Estudo de caso
- Debate guiado
- Leitura complementar
- Seminário de textos da bibliografia

Conclusão: Indicadores e Desafios Atuais

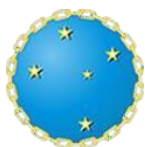
Por fim, o ensaio examina os indicadores endógenos de uma possível militarização no Brasil contemporâneo. Questiona-se se a criminalização da política, intensificada por operações como a Lava-Jato, atuou como um catalisador para a militarização do espaço político. Seria a atuação política dos militares impulsionada por um sentimento messiânico de "salvação nacional", ou seria melhor explicada por um cálculo de oportunidade, interesses corporativos ou particulares? A análise busca identificar os fatores internos preponderantes para o retorno dos militares ao centro do palco político. Ao abordar a intersecção entre o combate à corrupção, a criminalização e a militarização da política, examinamos a hipótese de uma transição de poder ou protagonismo, simbolicamente representada como uma passagem "da toga à espada".



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

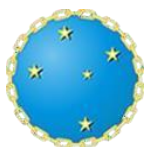
2. Programa das Aulas

AULA	TÓPICO PRINCIPAL DA AULA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
01	Apresentação e introdução ao conceito de militarismo e Relações civis militares	Definir os diversos conceitos do militarismo e de relações civis militares.	• Apresentação do Curso e Objetivos da Aula • Explicação do tema da aula: militarismo e relações civis-militares . • Importância do tema no contexto histórico, político e social contemporâneo. • Metodologia de ensino e dinâmica da aula (exposição, discussão e atividades). • Definição e Conceituação Militarismo : Definição: Ideologia ou prática que valoriza o papel das Forças Armadas na sociedade. • Relações Civis-Militares : Definição: Interdependência e interação entre instituições militares e civis em um Estado.
PARTE 2 – Relações civis-militares, militarismo e militarização			
02	Militarismo e militarização	Conhecer e diferenciar os conceitos de militarismo e militarização e compreender os conceitos. Militarismo é uma ideologia; militarização é um processo prático.	Definição de Conceitos-Chave • Militarismo : Definição: Ideologia ou prática que valoriza o papel das Forças Armadas na sociedade. Características: Exaltação da força militar como solução para problemas políticos e sociais. Hierarquia rígida e disciplina como modelos ideais de organização social. Glorificação da guerra e do uso da violência como instrumento de



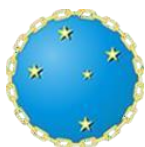
MINISTÉRIO DA DEFESA
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

			poder. • Militarização : Definição: Processo pelo qual aspectos da vida civil são moldados ou controlados por instituições militares. Manifestações: Militarização da segurança pública (uso de militares em operações policiais). Militarização da política (presença militar no governo e na administração pública). Militarização cultural (normalização da linguagem, símbolos e valores militares na sociedade). Diferenças entre militarismo e militarização.
03	Profissionalização e formas de controle civil-militar	Compreender a profissionalização dos militares como fator de análise dos mesmos Explorar a evolução das relações civis-militares ao longo do tempo , identificando padrões de cooperação, tensão e conflito entre as instituições militares e os governos civis.	• Profissionalização Militar : Definição: Processo pelo qual as Forças Armadas se tornam uma instituição técnica e especializada, focada em defesa externa e segurança interna. • Características: Treinamento formal, hierarquia rígida, código de ética e distanciamento da política partidária. Controle Civil-Militar: • Definição: Mecanismos legais, políticos e institucionais que garantem a subordinação das Forças Armadas ao poder civil. • Formas de controle: Constitucional: Subordinação explícita na Constituição. Institucional: Papel do Ministério da Defesa e outros órgãos governamentais. Social: Pressão pública e vigilância da sociedade civil. Relação entre profissionalização e



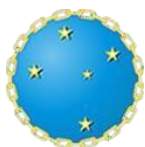
MINISTÉRIO DA DEFESA
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

			controle civil: • Como a profissionalização reduz o risco de intervenções militares na política. Tensões entre autonomia militar e responsabilidade civil.
04	Tensão entre Forças Armadas e política na história brasileira: por que as Forças Armadas têm sido protagonistas na política brasileira?	Analisar o papel das Forças Armadas na formação do Estado brasileiro, desde o período colonial até os dias atuais, destacando momentos-chave como a Independência, o Império, a República Velha, o Estado Novo, a Ditadura Militar e a redemocratização.	• Forças Armadas : • Definição: Instituições militares responsáveis pela defesa nacional. • Funções tradicionais: Defesa externa, segurança interna e garantia da lei e da ordem. • Intervenção Militar : • Definição: Participação direta ou indireta das Forças Armadas na política. • Formas de intervenção: Golpes de Estado, governos militares, influência institucional. • Democracia e Controle Civil : • Subordinação militar ao poder civil como princípio democrático. • Desafios à democracia quando as Forças Armadas assumem funções políticas. • Império (1822-1889) : Participação militar nas guerras externas (Guerra do Paraguai). • Golpe militar que derrubou a Monarquia e instaurou a República (1889). • República Velha (1889-1930) : Tenentismo: Movimento militar reformista que questionava o regime oligárquico. Revolução de 1930: Golpe liderado por Getúlio Vargas com



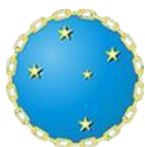
MINISTÉRIO DA DEFESA
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

			apoio militar. - Era Vargas (1930-1945 e 1951-1954) : - Estado Novo (1937-1945): Centralização autoritária com apoio militar.
05	Poder moderador, messianismo, sociabilidade e modernização	Examinar a percepção pública das Forças Armadas ao longo da história , analisando como a imagem dos militares foi construída e transformada pela cultura, mídia e educação.	- Poder Moderador : Definição: Atributo exclusivo do imperador no Brasil Imperial, que lhe conferia autoridade para arbitrar conflitos entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Funções: Nomeação de ministros, dissolução da Câmara dos Deputados e mediação política. - Messianismo : Definição: Crença ou expectativa de que um líder ou grupo trará salvação ou transformação radical. Manifestações no Brasil: Movimentos religiosos (ex.: Canudos, Contestado) e lideranças populares. - Sociabilidade : Definição: Formas de interação social e construção de vínculos entre indivíduos e grupos. Exemplos: Sociedades secretas, clubes, associações civis e militares. - Modernização : Definição: Processos de transformação econômica, tecnológica e cultural que visam incorporar inovações. No Brasil: Industrialização, urbanização e mudanças nas relações sociais.
PARTE 3 – Forças armadas, Brasil e messianismo			
06	Exército, nação e messianismo	Investigar o impacto das relações civis-militares na vida cotidiana dos cidadãos, considerando aspectos como direitos humanos, liberdade de expressão e participação política durante regimes	Exército como guardião da nação : Ideologia de defesa da pátria e da ordem pública. Papel na repressão de movimentos



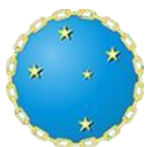
MINISTÉRIO DA DEFESA
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

		autoritários.	messiânicos (ex.: Canudos, Contestado). Messianismo dentro do Exército: • Lideranças militares que se apresentam como salvadores da nação (ex.: golpes de Estado). • Movimentos tenentistas e sua visão messiânica de reforma social. • Tensões entre militarismo e messianismo popular : • Repressão a movimentos messiânicos por parte do Exército. Coexistência de valores autoritários e carismáticos.
07	Relações civis militares, governo militar e abertura	Promover uma reflexão crítica sobre a memória e os legados das ditaduras militares no Brasil , incluindo temas como justiça de transição, reparação às vítimas e preservação da memória histórica.	• Relações Cívico-Militares : Definição: Interdependência e interação entre instituições militares e civis. Princípios básicos: Subordinação militar ao poder civil e controle democrático. • Governo Militar : Características: Autoritarismo, centralização de poder e repressão política. Funções atribuídas às Forças Armadas: Defesa da pátria, segurança interna e garantia da ordem. • Abertura Política : Definição: Processo de transição controlada do regime militar para a democracia. Etapas: Distensão lenta e gradual, anistia e eleições diretas.
08	Missões de paz e re-militarização da política na América Latina	Compreender o conceito e a evolução das missões de paz na América Latina Identificar as principais operações de paz lideradas ou participadas por países latino-americanos. Analisar o papel das Forças Armadas como agentes de estabilização e segurança internacional. Explorar o impacto político e social da participação em missões de paz: Avaliar como essas missões influenciam a	• Missões de Paz na América Latina • História das missões de paz : • Participação latino-americana em operações da ONU (ex.: MINUSTAH no Haiti). • Papel do Brasil como líder regional em missões de



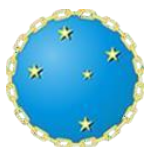
MINISTÉRIO DA DEFESA
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

		imagem das Forças Armadas dentro e fora do país. Discutir os benefícios e desafios dessas operações para a diplomacia e a cooperação regional.	paz. • Motivações e interesses : • Diplomacia militar e projeção de poder. • Contribuição para a estabilidade regional e global. • Impactos positivos e negativos • Fortalecimento da imagem das Forças Armadas. • Críticas relacionadas a violações de direitos humanos e eficácia das operações. • Relação entre Missões de Paz e Militarização • Como a experiência em missões de paz influencia a percepção pública das Forças Armadas. • Se as missões de paz fortalecem a profissionalização militar ou reforçam práticas intervencionistas. Debate: A participação em missões internacionais legitima ou questiona o papel das Forças Armadas? Estudos de Caso Brasil: Participação no Haiti (MINUSTAH) e o papel das Forças Armadas na política brasileira. Haiti : Impacto das missões de paz lideradas por países latino-americanos.
09	Da militarização da segurança pública à militarização da política	Compreender como a militarização da segurança pública pode evoluir para a militarização da política, analisando as implicações para a democracia e a governança. Analisar as causas e consequências da militarização da segurança pública: Identificar os fatores que levam à utilização de militares em funções policiais e de	• Definição geral: Expansão do papel das Forças Armadas para além das funções tradicionais de defesa externa. • Militarização da segurança pública: Uso de militares em operações de segurança interna (ex.:



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

		segurança interna. Explorar a transição da militarização da segurança pública para a política: Examinar como a presença militar em áreas civis pode influenciar a esfera política.	combate ao crime organizado). • Militarização da política: Presença militar na gestão pública, tomada de decisões políticas ou ocupação de cargos civis. • Diferenças e interconexões : • Causas da Militarização da Segurança Pública • Crise das instituições policiais e incapacidade de lidar com violência urbana e criminalidade. • Falta de políticas públicas eficazes para segurança e desenvolvimento social. • Fatores conjunturais : • Governos que optam pela "solução militar" para crises de segurança. • Pressão pública por respostas rápidas e duras ao crime. Exemplos no Brasil: Operações militares em favelas cariocas (ex.: UPPs e intervenção federal no Rio de Janeiro em 2018). Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e uso das Forças Armadas em contextos urbanos. • Transição para a Militarização da Política (15 minutos) Expansão do papel militar: Militares assumindo funções administrativas e políticas (ex.: ministros, secretários, gestores públicos). Normalização da presença militar em áreas • Despolitização da sociedade civil e centralização de poder nas mãos de militares.
--	--	---	---



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

			• Riscos e Desafios para a Democracia • Riscos à democracia : • Erosão do controle civil sobre as Forças Armadas. • Limitação da participação política e dos direitos civis. • Impactos na segurança pública : • Desafios para a governança : Militarização como obstáculo à implementação de políticas públicas inclusivas. Tensão entre autoritarismo e princípios democráticos.
10	Regulação das relações civis militares. Anistia, democracia.	Compreender os mecanismos legais e constitucionais que regulam as relações entre civis e militares no Brasil, incluindo a Constituição Federal de 1988 e suas implicações para a autonomia militar e a subordinação ao poder civil.	• Transições Democráticas na América Latina : • Fim das ditaduras militares nos anos 1980. • Papel da anistia nas negociações de transição. • Caso Brasileiro : Lei da Anistia (1979): Objetivos e limitações. • Debate sobre impunidade e memória histórica. Outros Exemplos: Argentina: Juízos das Juntas e revisão da anistia. Chile: Justiça tardia e reconciliação nacional. Uruguai: Plebiscito e luta contra a impunidade.

3. Avaliação

A avaliação consiste de duas partes. A primeira compreende a exposição de pelo menos um seminário ao longo do curso. As apresentações correspondem a 5,0 pontos. A segunda parte constitui-se de trabalho escrito, cujo conteúdo utilize ao menos dois autores abordados e compare algumas de suas ideias e conceitos políticos. O trabalho deverá conter de 5 à 10 páginas no máximo, ser formatado em conformidade com as regras da ABNT. O trabalho escrito corresponde a 5,0 pontos. A média final é composta pela média aritmética das notas referentes às duas partes.



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

4. Bibliografia

AULA 1

PIO-BERLIN, David. Militarismo, in SAINT-PIERRE, Héctor Luís, VITTELLI, Marina Gisela (orgs.), Dicionário de Segurança e Defesa. São Paulo, Ed. Unesp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018. (Ver verbete sobre militarismo).

AULA 2

VAGTS, Alfred. History of militarism: civilian and military. Revised edition. New York, The Free Press, 1959, prefácio (p.11), introdução (pp. 13-40) capítulo 9 da parte III (pp. 293-322).

PASQUINO, Gianfranco, Militarismo, in BOBBIO, Norberto et al Dicionário de política. Brasília, Ed UNB. ZANONE, Valerio. Militarismo, in BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.) Dicionário de política. Trad. Carmen C. Varriale et al. 5.ed. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. pp.748-754.

AULA 3

HUNTINGTON, Samuel P. (1957) The soldier and the State. The Theory and Politics of Civil-Military Relations. Harvard Press, Massachusetts, 2000. Introdução, capítulos 1, 2, 3 e 4.

JANOWITZ, Morris. The professional soldier: a social and political portrait. Illinois, The free press of glencoe, 1960, Capítulo 17.

AULA 4

CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política no Brasil. Edição revista e ampliada. São Paulo, Todavia ed., 2019, partes I, II e III

AULA 5

CASTRO, Celso. Os militares e a república: um estudo sobre a cultura política e ação política, capítulos 2 e 3.

McCANN, D.Frank. Sodados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo, Cia das letras, 2007, capítulo 4.

AULA 6

COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976, introdução, capítulos 2, 3, 6 e 7.

FREYRE, Gilberto. Nação e Exército. Rio de Janeiro, Bibliex, 2019, livro todo.



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

AULA 7

STEPAN, Alfred. Os militares na política: As mudanças de padrões na vida brasileira. Trad. Ítalo Tronca. Rio de Janeiro, Artenova, 1975, partes I e II.

Os militares: da abertura à Nova República. Trad. De Adriana Lopez e Ana Luíza Amendola. Rio Janeiro, Paz e Terra, 1986, parte VII.

AULA 8

KENKEL, Kai Michael. South America and Peace Operations: coming age. New York: Routledge, 2013. Introdução, Parte II: capítulo 4.

ESCANÉZ, Franciso J. Verdes Montenegro. La (re)militarización de la política latinoamericana Origen y consecuencias para las democracias. Documentos de trabajo (Fundación Carolina): Segunda época, ISSN-e 1885-9119, N°. 14, 2019 de la región.

AULA 9

ZAVERUCHA, Jorge. Frágil Democracia e a militarização da segurança pública no Brasil. Anais, XII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu (MG), 19-23 outubro 1999, GT No. 21

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Democracia e Defesa Nacional: A criação do Ministério da Defesa na Presidência de FHC. São Paulo, Manole, 2005, capítulo 2 da parte I.

AULA 10

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Além da anistia, aquém da Verdade: percurso da Comissão Nacional da Verdade. Curitiba. Editora Prismas, 2015, capítulo 2 da parte I.

LEMONS, Renato. A militarização da democracia no Brasil: muito além das armas. Notas de pesquisa, 2019, Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/335889190>

BIBLIOGRAFIA GERAL

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). Dicionário de política. 5.ed. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

CASTRO, Celso. Os militares e a república: um estudo sobre a cultura política e ação política. Rio de Janeiro: [Editora não identificada], [ano não identificado].

CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política no Brasil. Edição revista e ampliada. São Paulo: Todavia ed., 2019.

COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

ESCANÉZ, Francisco J. Verdes Montenegro. La (re)militarización de la política latinoamericana Origen y consecuencias para las democracias. Documentos de trabajo (Fundación Carolina): Segunda época, ISSN-e 1885-9119, N°. 14, 2019.

FREYRE, Gilberto. Nação e Exército. Rio de Janeiro: Bibliex, 2019.



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

HUNTINGTON, Samuel P. *The soldier and the State. The Theory and Politics of Civil-Military Relations*. Harvard Press, Massachusetts, 2000.

JANOWITZ, Morris. *The professional soldier: a social and political portrait*. Illinois: The free press of glencoe, 1960.

KENKEL, Kai Michael. *South America and Peace Operations: coming of age*. New York: Routledge, 2013.

KRASKA, Peter B. *Militarization and Policing—Its Relevance to 21st Century Police*. Policing Advance Access, [S.l.], pp. 1-13, published December 13, 2007.

LE MOS, Renato. *A militarização da democracia no Brasil: muito além das armas*. Notas de pesquisa, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/BwhGq5fg4VnWcBrRSMBCYDg/abstract/?lang=en>

MCCANN, D. Frank. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Cia das letras, 2007.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *Além da anistia, aquém da Verdade: percurso da Comissão Nacional da Verdade*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *Democracia e Defesa Nacional: A criação do Ministério da Defesa na Presidência de FHC*. São Paulo: Manole, 2005.

ORTEGA, André & MARIN, Pedro. *Carta no Coturno: a Volta do Partido Fardado*. São Paulo: Baioneta Editora, 2019.

PASQUINO, Gianfranco. Militarismo. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: Ed UNB, [ano não identificado].

PIO-BERLIN, David. Militarismo. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luís, VITTELLI, Marina Gisela (orgs.). *Dicionário de Segurança e Defesa*. São Paulo: Ed. Unesp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018.

STAVRIANAKIS, Anna. Militarism. In: *International encyclopedia of the social & behavioral sciences* (Second edition), 2015, pp. 490-494.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: As mudanças de padrões na vida brasileira*. Trad. Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Trad. De Adriana Lopez e Ana Luíza Amendola. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TARDIN, Elaine Borges. *O Exército brasileiro no Haiti: A reconstrução da uma imagem manchada pela Ditadura Militar*. Curitiba: Appris, 2015.

VAGTS, Alfred. *History of militarism: civilian and military*. Revised edition. New York: The Free Press, 1959.

VIANNA, Gilberto de Souza. *O cruzeiro e a corrente: sociabilidade, esfera pública e influência maçônica na formação da Escola Superior de Guerra (1949-1961)*. Belo Horizonte: Ed. Dialética, 2020.

ZANONE, Valerio. Militarismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale et al. 5.ed. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ZAVERUCHA, Jorge. *Frágil Democracia e a militarização da segurança pública no Brasil*. Anais, XII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu (MG), 19-23 outubro 1999.